

STJ00096833

coleção

# Direito e Processo

técnicas de direito processual

COORDENAÇÃO

CASSIO SCARPINELLA BUENO

## DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL

FLÁVIA PEREIRA RIBEIRO

2013



Editora  
**Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACIUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

#### FILIAIS

##### AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

##### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

##### BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Mansenbar Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

##### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

##### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

##### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

##### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

##### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

##### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

##### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prdo Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

##### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

##### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

##### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

##### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

##### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

136.287.001.001

ISBN 978-85-02-20932-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ribeiro, Flávia Pereira

Desjudicialização da execução civil / Flávia Pereira  
Ribeiro. — São Paulo : Saraiva, 2013. — (Coleção direito e  
processo: técnicas de direito processual)

#### Bibliografia.

1. Delegação 2. Desjudicialização 3. Execução  
(Direito) 4. Execuções (Direito) - Brasil 5. Jurisdição 6.  
Processo civil 7. Processo civil - Brasil I. Título. II. Série.

13-06664

CDU-347.952

#### Índice para catálogo sistemático:

1. Desjudicialização da execução civil: 347.952  
Direito processual civil

*Diretor editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerente de produção editorial* Lígia Alves

*Editora* Thais de Camargo Rodrigues

*Assistente editorial* Sarah Raquel Silva Santos

*Produtora editorial* Claissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Flávia Gutterres Falcão de Oliveira

*Arte e diagramação* Cristiana Aparecida Agudo de Freitas

Isobel Gomes Cruz

*Revisão de provas* Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Willians Colazons de Vasconcelos de Melo

*Serviços editoriais* Camila Artioli Loureiro

Tatiana dos Santos Romão

*Capa* Guilherme P. Pinto

*Produção gráfica* Mari Rampim

*Impressão* Mark Press Brasil

*Acabamento* Mark Press Brasil

Data de fechamento da edição: 26-8-2013

Dúvidas?

Acesso [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
PREFÁCIO .....	15
INTRODUÇÃO .....	17

### CAPÍTULO 1

JURISDIÇÃO E INAFSTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL.....	21
-------------------------------------------------------------	----

### CAPÍTULO 2

#### DESJUDICIALIZAÇÃO

2.1. Crise no Poder Judiciário .....	26
2.2. Os dogmas do processo civil <i>versus</i> a necessidade de mudança de mentalidade .....	33
2.3. O fenômeno da desjudicialização .....	36
2.4. Delegação legal dos poderes executivos a um agente privado.....	40

### CAPÍTULO 3

#### HIPÓTESES DE DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL

3.1. Desjudicialização do poder de império.....	45
-------------------------------------------------	----

3.1.1. Execução no sistema financeiro de habitação .....	45
3.1.1.1. Decreto-Lei n. 70/66.....	45
3.1.1.2. Lei n. 9.514/97 .....	52
3.1.2. Projetos de lei para a execução fiscal administrativa .....	58
3.1.3. Privatização da alienação de bens .....	65
3.2. Desjudicialização do poder de dizer o direito.....	68
3.2.1. Arbitragem .....	68
3.2.2. Recuperação extrajudicial .....	73
3.2.3. Retificação do registro imobiliário .....	76
3.2.4. Inventário, separação e divórcio.....	77

## CAPÍTULO 4

### A TENDÊNCIA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO NA EUROPA

4.1. Diversidade de sistemas executivos na Europa .....	83
4.2. O modelo desjudicializado alemão e italiano. O agente de execução é um ente público.....	88
4.2.1. Alemanha .....	89
4.2.2. Itália .....	96
4.3. O modelo desjudicializado francês. O agente de execução é um ente privado .....	102
4.3.1. Direito francês.....	102
4.4. O modelo (des)judicializado espanhol .....	106
4.5. O modelo administrativo sueco.....	115
4.6. A tendência da desjudicialização da execução .....	119

## CAPÍTULO 5

### A RECENTE DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO EM PORTUGAL

5.1. A evolução do sistema de execução de natureza pública para privada em Portugal: reformas de 2003 e 2008 .....	123
5.2. O agente de execução.....	129
5.3. O juiz de execução .....	135

5.4. A Comissão para a Eficácia das Execuções .....	136
5.5. Tramitação da ação executiva .....	137
5.5.1. Requerimento executivo .....	139
5.5.2. Início do processo executivo .....	140
5.5.3. Oposição à execução.....	141
5.5.4. Consulta do “registro informático de execuções” e penhora.....	143
5.5.5. Publicidade, venda e pagamento.....	146
5.5.6. Extinção da ação executiva .....	147
5.6. Breve relatório acerca das pesquisas de campo realizadas em Portugal .	148

## CAPÍTULO 6

### PROPOSTA DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL NO BRASIL

6.1. Adoção do modelo português como paradigma .....	155
6.1.1. A desjudicialização de Portugal sob a ótica constitucional .....	155
6.1.2. A desjudicialização de Portugal sob a ótica legal e os problemas enfrentados .....	158
6.2. Adaptação do modelo português ao sistema brasileiro por meio da delegação .....	159
6.3. Delegação do serviço público de execução ao notário ou registrador .	164
6.4. Notários e registradores.....	168
6.4.1. Regime jurídico .....	168
6.4.2. Concurso público .....	175
6.4.3. Remuneração paga conforme tabela de emolumentos e eventual gratuidade .....	177
6.4.4. Controle externo .....	181
6.5. Competência dos tabelionatos de protestos e proposta de ampliação.	184

## CAPÍTULO 7

### RESUMO DO PROCEDIMENTO

7.1. Atividade executiva perante o tabelionato de protesto .....	192
7.2. Defesa do executado perante o Poder Judiciário .....	197
7.3. Outras questões.....	204

7.3.1. Criação de varas especializadas para a execução .....	204
7.3.2. Papel do advogado.....	206
<b>CONCLUSÃO</b> .....	209
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	215